



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria-Executiva do Ministério das Comunicações
Grupo de Acompanhamento do Custeio à Projetos de Conectividade de Escolas

ATA DA 43ª REUNIÃO ORDINÁRIA

**GRUPO DE ACOMPANHAMENTO DO CUSTEIO A PROJETOS DE CONECTIVIDADE
DE ESCOLAS (GAPE)**

DADOS DA REUNIÃO			
Data	Horário de Início	Horário de Término	Local
03/07/2026	15h02min	17h21min	Virtual
MEMBROS			
Nome	Unidade	Representação	Presença
Sônia Faustino Mendes (Presidente)	Ministério das Comunicações	Titular	Presente
Hermano Barros Tercius (Secretário Executivo)	Ministério das Comunicações	Titular	Presente
Eduardo Marques da Costa Jacomassi	Anatel	Titular	Presente
Patrícia Rodrigues Ferreira	Anatel	Suplente	Presente
Maria Lucia Ricci Bardi	Anatel	Suplente	Presente
Anita Gea Martinez Stefani	Ministério da Educação	Titular	Presente
Ana Úngari dal Fabbro	Ministério da Educação	Suplente	Presente
Margaret de Almeida Cadête Moonsammy	Algar Telecom S.A.	Titular	---
Hugo Vidica Mortoza	Algar Telecom S.A.	Suplente	Presente
Melissa Carvalho Coelho	Claro S.A.	Titular	---
Raul Lara Campos	Claro S.A.	Suplente	---
Monique Pereira Ibitinga de Barros	Claro S.A	Suplente	---
José Gonçalves Neto	Telefônica Brasil S.A.	Titular	---
Anderson Emanuel de Azevedo Gonçalves	Telefônica Brasil S.A.	Suplente	---
Marcelo Concolato Mejias	TIM S.A.	Titular	---
Mario Girasole	TIM S.A.	Suplente	---
OUTROS PARTICIPANTES			
Nome		Órgão	

João Aloísio Vieira		Ministério das Comunicações
Marcos Cesar de Oliveira Pinto		Ministério das Comunicações
Mariana de Freitas Costa		Ministério das Comunicações
Marcelo Alves da Silva		Ministério das Comunicações
Fernando Cezar Cysne Furquim		Ministério das Comunicações
Fernanda Chicognini Alves		Ministério das Comunicações
Leonardo Fernandez Zago		Ministério das Comunicações
Gisela Sousa Ferreira		Ministério das Comunicações
Dario Fernando da Silva Panagio		Ministério das Comunicações
Patrick Leonardo de Faria e Silva		Ministério das Comunicações
Flávio Santos		EACE
José Diniz		EACE
Maria Dias		EACE
Jhon Ribeiro		EACE
Matheus Belin		EACE
Clayton Queiroz		EACE
Nildo Sobral		EACE
Raíssa Santos Oliveira		SEB/DAGE/MEC
Mariana Campos Freire Lopes		SEB/DAGE/UNESCO
Wilmax Marreiro Cruz		SEB/DAGE/UNESCO
Thaísa Cavalcanti Pereira		SEB/DAGE/OEI
PAUTA		
1	Aprovação da Ata da 42ª Reunião Ordinária (deliberativo);	
2	Acompanhamento do Projeto Aprender Conectado (apresentação da EACE);	
3	Acompanhamento financeiro do Projeto Aprender Conectado (EACE);	
4	Notícia UOL de 22/06/2026 (MEC);	
5	Apresentação da avaliação de fase adicional do Projeto Aprender Conectado (deliberativo);	
6	Outros assuntos.	
ABERTURA		
Sônia Fastino Mendes , Presidente do GAPE, deu boas-vindas aos participantes e declarou a reunião aberta.		
Marcelo Alves da Silva , Diretor do Departamento de Investimento e Inovação, fez a leitura da pauta.		
1. APROVAÇÃO DA ATA DA 42ª REUNIÃO ORDINÁRIA		

Sônia Faustino Mendes, Presidente do GAPE, deu início ao item 1 da pauta.

Após abertura para manifestação e, não havendo, considerou aprovada a ata da 42ª Reunião Ordinária do GAPE.

Com a aprovação, encerrou-se o item 1 da pauta. Antes de prosseguir, **Marcelo Alves** registrou que a reunião de Ponto de Controle, que ocorre semanalmente às segundas-feiras, não foi realizada em 29/06, em razão de expediente reduzido e da expectativa de realização da Reunião Ordinária, que estava prevista inicialmente para 30/06.

2. ACOMPANHAMENTO DO PROJETO APRENDER CONECTADO (EACE)

Sônia Faustino Mendes, Presidente do GAPE, deu início ao item 2 da pauta. Concedeu a palavra a **Flávio Santos**, Presidente da EACE, para apresentação sobre o acompanhamento do Projeto Aprender Conectado que indicou Matheus Belin, Representante da EACE para apresentação.

Matheus Belin, Representante da EACE, apresentou o panorama de execução do projeto, informando a evolução das implantações de fibra ótica, access points, equipamentos e sistemas de energia solar, além do avanço superior a 60% das fases em execução. Destacou os resultados de junho, com 2.005 escolas implantadas, manutenção da velocidade média de 133 Mbps, atendimento a mais de 2,6 milhões de alunos em mais de 2.800 municípios, e a ampliação das implantações em escolas rurais, indígenas, quilombolas e urbanas. Informou que o projeto acumula 22.738 escolas implantadas, com destaque para o contrato da Telebrás, que possui 4.071 das 4.174 escolas concluídas, restando 103 unidades, cuja finalização está prevista para os próximos meses. Apresentou o avanço por fase do projeto, ressaltou a contratação de novos geradores solares para as Fases 2 e 3 e informou que a meta de junho foi superada. Para julho, a meta é implantar 2.431 escolas, sendo necessário elevar a produtividade diária. Por fim, destacou como principal desafio o elevado número de escolas canceladas e remanejadas na Fase 5, fator que impacta o planejamento das implantações.

João Aloísio Vieira, Secretário Executivo Adjunto, solicitou esclarecimentos sobre os motivos do cancelamento de aproximadamente 1.070 escolas.

Matheus Belin, Representante da EACE, informou que os cancelamentos decorreram de declínio da implantação do Projeto Aprender Conectado, formalizados pelas Secretarias Municipais e Estaduais de Educação.

Sônia Faustino Mendes, Presidente do GAPE, questionou se seria em razão de ter outras políticas, o que **Matheus Belin** afirmou que nem todas as ocorrências explicitam o motivo, apenas agradecendo a oferta.

Flávio Santos, Presidente da EACE, informou que alguns estados declinam da oferta do serviço pelo Governo Federal por terem iniciativas próprias similares, como já é de conhecimento do MEC.

Matheus Belin, Representante da EACE, citou nova ferramenta para mapear substituições possíveis e complementou que os principais casos ocorreram no Paraná, com cancelamento integral das escolas da Fase 5, além de ocorrências no Espírito Santo e em alguns municípios de Santa Catarina. Complementou que no GESAC, há 2.413 escolas migradas e já desativadas por atendimento de outras políticas.

João Aloísio Vieira, Secretário Executivo Adjunto, solicitou informações sobre a previsão de execução da Fase 5 até o final do ano, especialmente em relação ao cumprimento da meta de implantação das aproximadamente 16 mil escolas previstas.

Matheus Belin, Representante da EACE, informou que a previsão é de conclusão da Fase 5 dentro do cronograma e apresentou os principais indicadores de qualidade do projeto, destacando a manutenção de mais de 145 mil equipamentos e elevados índices de conectividade e disponibilidade e complementou que os indicadores de julho demonstram a manutenção dos níveis de conectividade e disponibilidade e suporte às escolas. Informou, ainda, que constituiram uma agenda técnica periódica com o time do NIC.br para aprimorar o acompanhamento e a medição dos indicadores do projeto.

Sônia Faustino Mendes, Presidente do GAPE, retomou a condução da reunião e deu prosseguimento às apresentações realizadas pela EACE, declarando encerrado o item 2 da pauta.

3. ACOMPANHAMENTO FINANCEIRO DO PROJETO APRENDER CONECTADO (EACE)

Sônia Faustino Mendes, Presidente do GAPE, deu início ao item 3 da pauta. Concedeu a palavra a **Flávio Santos**, Presidente da EACE, para apresentação sobre o status da fase 5 que indicou **José Diniz**, Representante da EACE para apresentação.

José Diniz, Representante da EACE, apresentou o relatório de execução financeira do projeto referente ao período acumulado, destacando que as receitas registradas refletem, em sua maior parte, a execução das despesas do projeto, complementadas pelos rendimentos das aplicações financeiras. Informou, ainda, que a entidade mantém saldo aplicado para garantir a continuidade da execução e encerrou o período com resultado financeiro positivo. Na sequência, apresentou a evolução da execução financeira do projeto, detalhando a composição dos custos técnicos e das despesas administrativas, as quais permanecem em patamar reduzido em relação às despesas totais. Esclareceu, ainda, que o resultado do período foi favorecido pela reversão de provisões relativas a multas tributárias, após o reconhecimento, pela Receita Federal, da regularidade da denúncia espontânea realizada pela entidade. Por fim, informou que os rendimentos financeiros obtidos são integralmente revertidos para a execução do projeto, descontados os tributos legalmente devidos. Apresentou o panorama de execução financeira do projeto e a utilização das fontes de recursos, destacando a decomposição dos investimentos por fases e anos, com ênfase no exercício de 2026 como o período de maior volume de desembolsos. Informou que os anos subsequentes concentram, principalmente, custos de manutenção dos serviços de conectividade e operação das escolas. Na sequência, detalhou a projeção financeira consolidada do projeto, considerando os recursos recebidos, os rendimentos de aplicações financeiras e os valores totais a serem aplicados, bem como os desembolsos previstos, ressaltando um resultado projetado com superávit estimado ao longo da execução. Apresentou, ainda, os principais componentes de custos adicionais não previstos inicialmente, incluindo despesas relacionadas à ampliação de soluções via satélite (fase extra de absorção do GESAC, além da fase 5), expansão de infraestrutura para atendimento de escolas adicionais, implantação de sistemas fotovoltaicos e extensão de contratos de manutenção e conectividade, destacando o impacto desses ajustes nas projeções financeiras da Fase 5. Por fim, informou que as estimativas permanecem em processo de refinamento, podendo sofrer ajustes conforme a consolidação das contratações e escopos finais, colocando-se à disposição para esclarecimentos.

Sônia Faustino Mendes, Presidente do GAPE, agradeceu a apresentação e concedeu a palavra aos demais membros do GAPE para dúvidas ou questionamentos dos dados apresentados e, não havendo manifestações, considerou encerrado o item 3 da pauta

4. NOTÍCIA UOL DE 22/06/2026 (MEC)

Sônia Faustino Mendes, Presidente do GAPE, deu início ao item 4 da pauta. Concedeu a palavra a **João Aloísio Vieira**, Secretário Executivo Adjunto, que introduziu o assunto informando sobre reportagem relacionada a supostos indícios de irregularidades nas contratações envolvendo a EACE e a EAF, publicada em 22 de junho passado. Esclareceu que o Ministério solicitou de imediato informações à EACE. Em 25 de junho, a CGU comunicou ao Ministério a instauração de auditoria com o objetivo de “apurar indícios de irregularidades nas contratações das Entidades EACE e EAF”, e então foram formalizados questionamentos e prazo à EACE para fornecimento de informações até 10 de julho. Relatou que a auditoria abrange, entre outros pontos, a regularidade da contratação de empresa fornecedora, possível alteração societária envolvendo empresas contratadas e eventual concentração de fornecedores em desacordo com regras de contratação da EACE, bem como a relação entre determinadas empresas da cadeia de prestação de serviços. Informou ainda que, no contexto da auditoria, foram solicitados documentos e esclarecimentos à EACE, incluindo regras de contratação, limites de participação por fornecedores, além de acesso a processos de seleção, execução contratual, metas, entregas, cronogramas e comprovantes de pagamento, com o objetivo de subsidiar a análise dos itens apontados pela CGU.

Anita Gea Martinez Stefani, Diretora de Apoio à Gestão Educacional, destacou a necessidade de que os membros do GAPE sejam mantidos informados de forma contínua sobre os desdobramentos e retornos apresentados pela EACE, sem a necessidade de aguardar exclusivamente as reuniões ordinárias, de modo a garantir maior agilidade e alinhamento institucional. Ressaltou, ainda, a importância de análise e eventual aprimoramento dos processos de contratação e compliance da EACE, com o objetivo de prevenir riscos de irregularidades, especialmente considerando a futura expansão do projeto na Fase 6, que demandará grande esforço de contratações e parceiros. Por fim, colocou o MEC à disposição para acompanhamento, participação em reuniões e apoio na construção de medidas que assegurem maior

segurança e governança nos processos de contratação, solicitando o compartilhamento formal das informações e documentos encaminhados à EACE para conhecimento do Ministério da Educação.

Sônia Faustino Mendes, Presidente do GAPE, complementou as informações anteriormente apresentadas, destacando que o GAPE já aguardava o retorno formal da EACE e que todas as respostas a serem encaminhadas aos órgãos de controle serão tratadas no âmbito do GAPE, com validação em reunião extraordinária a ser agendada. Esclareceu que não haverá posicionamento isolado do Ministério ou da Presidência do GAPE sobre o tema, reforçando que as manifestações oficiais serão consolidadas coletivamente. Informou, ainda, que o retorno da EACE é aguardado para a semana seguinte, ocasião em que será convocada reunião extraordinária, considerando a sensibilidade da matéria. Por fim, reforçou o caráter colegiado das deliberações e a necessidade de compartilhamento das informações entre os membros do Grupo antes do encaminhamento de qualquer resposta aos órgãos de controle.

Flávio Santos, Presidente da EACE, informou que a apresentação seria realizada com o objetivo de alinhar os membros do GAPE quanto às informações já levantadas internamente, destacando que, embora ainda não haja o detalhamento completo solicitado pela CGU, já foram identificadas providências e análises preliminares. Esclareceu que foi encaminhado previamente ao GAPE, no dia 02/06/2026, um ofício com informações iniciais sobre o tema, de caráter parcial, e que o conteúdo consolidado seria apresentado de forma resumida na reunião e indicou **Maria Regina Dias**, Gerente de compliance da EACE, para apresentação da forma de verificação das empresas proponentes foi realizada e como serão realizadas, além de medidas já tomadas.

Maria Regina Dias, Gerente de compliance da EACE, apresentou o processo de diligência prévia adotado pela instituição no âmbito das contratações da Fase 5, esclarecendo que, após seleção e habilitação inicial conduzidas pela área de compras, foram submetidos à análise de compliance um total de 55 fornecedores, todos avaliados no prazo de 9 dias úteis. Informou que a EACE possui política interna formal de diligência prévia, aprovada institucionalmente, que estabelece fluxo, regras e critérios objetivos e isonômicos para avaliação de fornecedores, abrangendo contratações finalísticas e não finalísticas. Esclareceu que os fornecedores são classificados como aptos, aptos com ressalvas ou inaptos, conforme os critérios estabelecidos na política. Detalhou que o processo de análise utiliza ferramenta especializada de mercado (Upminer), que consolida informações de mais de 40 fontes de dados públicas e privadas, incluindo fontes fiscais, tributárias, judiciais, trabalhistas, regulatórias e listas de sanções nacionais e internacionais, além de consultas complementares a bases como Serasa e Boa Vista, conforme diretrizes internas de governança. Ressaltou que o resultado dessa análise é consolidado em dossiês completos por CNPJ, posteriormente avaliados por analistas de compliance, que preparam pareceres posteriormente revisados pela gerência e parametrizados pela diretoria, resultando em parecer formal que subsidia a decisão de contratação junto à área de compras e à área técnica. Esclareceu, ainda, que a pesquisa é realizada, em regra, com base no CNPJ da empresa, sendo a análise de sócios realizada de forma complementar em situações específicas, como empresas recém-constituídas ou casos em que haja limitação de informações cadastrais e de histórico disponível. Esclareceu que a análise detalhada dos sócios, denominada internamente de 2ª instância, é realizada apenas em situações específicas, como quando a empresa possui menos de 5 (cinco) anos, histórico insuficiente, há registro de mídia negativa envolvendo a empresa ou seus sócios, ou são identificados indícios de incompatibilidade entre o capital social e a capacidade financeira de acordo com faturamentos declarados. Nesses casos, é realizada diligência complementar utilizando os mesmos procedimentos e ferramentas de compliance. Na sequência, informou que passaria a abordar os casos específicos mencionados na reportagem que motivou a auditoria, apresentando os esclarecimentos e análises realizados pela EACE.

Maria Regina Dias, Gerente de compliance da EACE, apresentou esclarecimentos sobre o caso da empresa Bitnet/Bital, mencionada na reportagem, informando que, à época da contratação, a empresa atendia aos critérios previstos na política de compliance e possuía documentação regular e histórico de atuação junto à Administração Pública e, portanto, não foi feita a análise dos sócios. Informou que, após a divulgação de fatos supervenientes relacionados à composição societária da empresa – pessoa física que seria beneficiária do Bolsa Família –, e mudança de controle societário dias após a contratação da empresa, a EACE solicitou esclarecimentos, os quais foram considerados insuficientes, e adotou as providências para rescisão do contrato. Destacou, ainda, que não houve qualquer pagamento à empresa até o momento e que a rescisão e a apuração dos serviços efetivamente executados estão em andamento.

Flávio Santos, Presidente da EACE, complementou que a empresa foi formalmente notificada e que o processo de rescisão contratual está em andamento. Informou que os serviços já executados estão sendo validados pela equipe técnica da EACE, de modo que eventual pagamento se limitará às entregas

efetivamente comprovadas, enquanto a área de compras já adota as providências necessárias para a continuidade da execução do projeto. O contrato já foi notificado e todas as atividades foram paralisadas. Será realizada uma verificação e validação dos serviços efetivamente implantados para atestar sua qualidade e efetuar o pagamento apenas do que for devido. Paralelamente, a equipe responsável já avalia as empresas remanescentes da licitação (RFP) para convocar uma delas e dar continuidade ao projeto, seguindo o procedimento usual da administração pública, evitando a realização de uma nova licitação e reduzindo o tempo de substituição.

João Aloísio Vieira, Secretário Executivo Adjunto, questionou se a empresa participou dos certames anteriores aos da fase 5 e qual a distribuição em estados em que a empresa foi selecionada.

José Diniz, Representante da EACE, informou que a empresa nunca havia participado de certames anteriores. Essa foi sua primeira participação em um certame da organização – a Fase 5. Os estados foram CE, PI, RN e Lote em região da BA.

Anita Gea Martinez Stefani, Diretora de Apoio à Gestão Educacional, solicitou que qualquer comunicação com as escolas seja previamente alinhada com o Ministério da Educação, a fim de evitar ruídos, informações conflitantes ou situações que possam gerar confusão nas escolas ou prejudicar o andamento do projeto.

Maria Regina Dias, Gerente de compliance da EACE, retomou a palavra destacando que a segunda empresa citada na reportagem (NMA/ST1) também passou pelo processo de diligência adotado para todos os fornecedores da Fase 5. Como era uma empresa mais recente, foi realizada uma checagem adicional dos sócios, sem identificação de irregularidades, e a empresa foi considerada apta, além de já possuir contratos com órgãos públicos. A reportagem, porém, questiona uma possível concentração de fornecedores em razão de empresas algumas controladoras da NMA terem adquirido o controle da Bitai, o que poderia contrariar a regra de mitigação de riscos da EACE, que limita a cada fornecedor a execução de, no máximo, 20% das escolas, buscando equilibrar a distribuição dos contratos e reduzir riscos de não execução.

José Diniz, Representante da EACE, explicou que a limitação de, no máximo, dois lotes ou 20% do total de escolas por empresa foi um critério qualitativo adotado pela EACE para evitar concentração de contratos e reduzir riscos de execução. Esse critério levou, por exemplo, à divisão do lote do Pará, que ultrapassava esse limite. Também foi destacado que o modelo atual de contratação remunera apenas escolas efetivamente conectadas, exigindo elevada capacidade operacional das empresas e de suas subcontratadas. Embora esse limite não estivesse previsto na RFP, ele foi definido como critério de seleção dos vencedores e posteriormente apresentado ao GAPE como parte da estratégia de contratação.

Maria Regina Dias, Gerente de compliance da EACE, complementou que as empresas citadas não concorreram entre si na RFP, pois disputaram lotes diferentes e não houve favorecimento competitivo nem indícios de fraude relacionados à formação de preços ou à condução do certame.

Flávio Santos, Presidente da EACE, reforçou que o limite de 20% por fornecedor é uma medida de mitigação de riscos comum em gestão, evitando a concentração excessiva dos contratos em uma única empresa. Como exemplo, citou um caso anterior em que uma empresa contratada entrou em recuperação judicial após a assinatura do contrato. Na ocasião, a EACE reduziu o escopo da empresa ao que ela ainda conseguia executar e transferiu o restante para a empresa remanescente, garantindo a continuidade do projeto sem prejuízo às escolas. Destacou que esse tipo de situação demonstra a importância da estratégia de limitar a concentração de contratos.

Eduardo Marques da Costa Jacomassi, representante da Anatel, questionou se as empresas vencedoras empataram ou ganharam por vantagem de preço em relação a outras e qual foi o critério que levou a sua contratação.

José Diniz, Representante da EACE, explicou que o processo de seleção ocorre em duas etapas independentes: técnica e comercial. Primeiro, as propostas são avaliadas sob o aspecto técnico, sem acesso aos valores ofertados. Após a qualificação técnica e as devidas checagens de integridade e background check, inicia-se a fase comercial, que envolve negociação com base em um preço de referência e eventuais rodadas de ajuste. Ao final, são selecionadas as empresas que, além de atenderem aos requisitos técnicos e de integridade, apresentam a melhor condição comercial – preços e cronograma de atendimento - para os lotes a que concorrem, podendo uma mesma empresa ser vencedora em mais de um lote, conforme sua capacidade e competitividade.

Maria Regina Dias, Gerente de compliance da EACE, retomou a palavra e esclareceu que a empresa NMA manteve sua estrutura societária, sem alterações relevantes de controle ou composição. Destacou que o critério de concentração máxima de 20% segue sendo respeitado, especialmente após a resilição do

contrato anterior da empresa Bital. Segundo ela, a NMA permanece dentro desse limite e continua executando entregas de escolas, razão pela qual segue mantida no quadro de fornecedores da EACE. Por fim, explicou que a terceira empresa Mega Infra, é considerada a de maior histórico entre as citadas, passou pelas diligências do processo. Ela é controlada por um fundo de investimento regulado pela CVM, cujos beneficiários finais identificados são pessoas físicas em situação regular. Destacou que a reportagem questiona a empresa por uma suposta agenda no Ministério das Comunicações que teria influenciado sua contratação, mas foi esclarecido que isso não ocorreu. Segundo a EACE, a empresa participou do certame em igualdade com as demais, foi avaliada tecnicamente, passou pela fase comercial e pelas diligências, não havendo indícios de que fatores externos tenham influenciado sua seleção.

Flávio Santos, Presidente da EACE, reforçou que a empresa Mega Infra é a mais robusta entre as citadas, com maior tempo de atuação no mercado e histórico consistente de prestação de serviços para diversos órgãos públicos, como ANAC, Ministério da Defesa, FUNAI, Ministério da Economia e Banco Central e destacou que é uma empresa reconhecida no setor de telecomunicações e, no processo de avaliação conduzido pela EACE, não foram identificados problemas relevantes em sua análise.

Maria Regina Dias, Gerente de compliance da EACE, concluiu a apresentação destacando que a EACE realiza as diligências conforme sua política interna, com toda a documentação e registros formalizados, incluindo fatos supervenientes não detectáveis inicialmente. Ressaltou que a resposta da instituição, quando diante de situações identificadas, foi imediata e resolutiva, garantindo a preservação do patrimônio, sem realização de pagamentos além daqueles relativos a serviços efetivamente executados, como escolas ou equipamentos entregues. Apontou ainda um conjunto de medidas prospectivas de aprimoramento dos controles e processos, incluindo a obrigatoriedade de diligências de segundo grau para todos os finalistas do certame, a exigência de declaração na fase de habilitação de composição societária e identificação de beneficiários finais em casos de fundos, além de declaração de independência dos concorrentes quanto à sua participação em outros grupos econômicos e também foi proposta a ampliação das cláusulas contratuais, incluindo cláusula de anuência prévia para mudanças de controle societário e previsão de possibilidade de rescisão contratual em caso de alteração de controle sem aviso prévio. Ressaltou ainda que, essas medidas visam reforçar os mecanismos de mitigação de risco, especialmente no que se refere ao limite de concentração de contratos por fornecedor.

Flávio Santos, Presidente da EACE, informou que encaminhou um ofício com o detalhamento das informações apresentadas e solicitou que o Ofício e todo o material apresentado fosse anexado à ata da reunião, como prévias às informações a serem fornecidas à CGU no prazo designado, como prestação de contas do andamento da situação no GAPE.

Sônia Faustino Mendes, Presidente do GAPE, agradeceu a apresentação, concordou com a proposta de que as informações sejam anexadas à ata e concedeu a palavra aos demais membros.

Eduardo Marques da Costa Jacomassi, representante da Anatel, referindo-se ao acompanhamento da qualidade das conexões das escolas que era mantido pela Anatel enquanto o GAPE estava sob responsabilidade da Agência, propôs que o GAPE aprovasse a retomada do acompanhamento, com sistemática de envio de informações da EACE. Não seria algo inédito, porque a Anatel já faz o acompanhamento das escolas conectadas pelo FUST. **Anita Gea Martinez Stefani**, Diretora de Apoio à Gestão Educacional, comentou que não conhecia o painel da Anatel das escolas conectadas pelo FUST e pediu para conhecer e verificar se as informações entre esse painel e as do MEC estão coerentes. Além disso, afirmou não ter objeções quanto ao acompanhamento mais técnico por parte da Anatel.

Sônia Faustino Mendes, Presidente do GAPE, sugeriu que o painel poderia ser apresentado em reunião do SGT, assim como a avaliação da sugestão do representante da Anatel. Concluiu que a reunião da SGT contribuirá para o alinhamento institucional e para a consolidação das informações apresentadas. Ressaltou que a disseminação de informações favorece o acompanhamento e a gestão do projeto, permitindo maior transparência e melhor monitoramento das ações. Concluiu que ajustes e detalhamentos adicionais poderão ser tratados em etapas posteriores, conforme necessário.

5. APRESENTAÇÃO DA AVALIAÇÃO DE FASE ADICIONAL DO PROJETO APRENDER CONECTADO

Sônia Faustino Mendes, Presidente do GAPE, deu início ao item 5 da pauta e sugeriu que a deliberação sobre este item fosse postergada para reunião posterior, preferencialmente após a resposta da CGU, considerando que a manifestação poderia indicar ajustes na política de compras ou nos fluxos da EACE. Em seguida, abriu a palavra aos presentes para manifestação.

Ana Úngari dal Fabbro, Coordenadora-Geral de Educação Digital, Inovação e Conectividade, sugeriu que antes da deliberação sobre a suspensão da deliberação do item 5, fosse realizada a apresentação prevista, de modo que os presentes pudessem avaliar melhor a conveniência da medida.

Sônia Faustino Mendes, Presidente do GAPE, concedeu a palavra aos representantes da EACE para apresentação do item 5.

Nildo Sobral, representante da EACE, apresentou síntese do estudo preliminar referente à eventual fase 6, elaborado com base na segunda versão da lista encaminhada. Informou que a lista contempla 9.710 INEPs, distribuídos em 3.314 municípios, abrangendo todos os estados e o Distrito Federal, com mais de 1,2 milhão de matrículas. Destacou que a maior concentração de escolas está nas regiões Nordeste e Sudeste, que a maior parte se localiza em zona urbana e que 92% pertencem às redes municipais. Quanto à solução técnica, indicou a possibilidade de atendimento de aproximadamente 88% das escolas por rede terrestre e 12% por satélite, observando que cerca de 80% demandariam entre 1 e 9 access points. Em relação à energia, apontou 116 escolas sem acesso à rede pública, das quais 99 foram consideradas no estudo, com predominância na região Norte, especialmente no Pará e no Acre. A estimativa orçamentária total apresentada foi de R\$ 744,9 milhões, sendo 62% relativos à implantação de rede externa e interna e 34% a custos recorrentes em 24 meses, ressaltadas possíveis alterações decorrentes de imprecisões nas bases disponíveis. Por fim, informou que seria possível aproveitar os recursos oriundos de escolas cuja conectividade foi cancelada e substituir 2.028 escolas, reduzindo a necessidade orçamentária para aproximadamente R\$ 600,4 milhões.

Flávio Santos, Presidente da EACE, complementou a exposição destacando que não há sinalização de sobra da ordem de R\$ 600 milhões ao final do projeto, mas sim de cerca de R\$ 400 milhões, razão pela qual eventual decisão sobre a fase adicional deveria observar a disponibilidade efetiva de recursos.

Sônia Faustino Mendes, Presidente do GAPE, agradeceu a apresentação e concedeu a palavra ao MEC para considerações.

Ana Úngari dal Fabbro, Coordenadora-Geral de Educação Digital, Inovação e Conectividade, ponderou que a lista da Fase Adicional contempla volume de escolas superior à disponibilidade orçamentária estimada, sugerindo a adoção de critérios de priorização. Indicou, como primeiro filtro, o aproveitamento de contratos em aberto, com potencial atendimento de aproximadamente 2 mil escolas. Em seguida, propôs priorizar escolas em situação de maior vulnerabilidade, com menores níveis de conectividade, conforme o indicador Escolas Conectadas, e localizadas fora da área de fibra. Estimou que, com esses critérios, seria possível refinar o orçamento e buscar propostas para atendimento de cerca de 60% das escolas da lista. **Sônia Faustino Mendes**, Presidente do GAPE, agradeceu a manifestação e destacou a necessidade de ajustar a lista à disponibilidade orçamentária. Em seguida, abriu a palavra aos presentes para comentários.

Marcelo Alves da Silva, Diretor do Departamento de Investimento e Inovação, questionou a EACE se as cerca de 2 mil escolas que seriam substituídas poderiam ser definidas independentemente de nova contratação.

Flávio Santos, Presidente da EACE, esclareceu que as escolas com potencial de atendimento por substituição estão vinculadas a contratos já existentes com fornecedores em diversos estados, nos quais houve cancelamentos de escolas anteriormente previstas. Explicou que a ferramenta “Reconecta”, utilizada pela Entidade, permite identificar escolas da nova lista próximas às aquelas canceladas, possibilitando sua substituição junto aos mesmos fornecedores, que já dispõem de insumos e equipes mobilizadas. Informou que, após a definição das escolas, a EACE poderá acionar as empresas para aceite e, em caso positivo, formalizar a substituição por meio de aditivo contratual, com ajuste do anexo de escolas correspondente a cada fornecedor.

Matheus Belin, Representante da EACE, fez apresentação breve sobre o funcionamento do Reconecta, que busca escolas que podem substituir as que tiveram a conectividade cancelada por proximidade, segundo a maior correspondência entre elas.

Ana Úngari dal Fabbro, Coordenadora-Geral de Educação Digital, Inovação e Conectividade, sugeriu, como encaminhamento, a aprovação da realização de nova fase de atendimento a escolas fora dos parâmetros adequados de conectividade, limitada aos recursos financeiros disponíveis, listando detalhamentos.

Sônia Faustino Mendes, Presidente do GAPE, ponderou sobre a necessidade de formatar a proposta de deliberação de forma clara e estruturada, especialmente quanto aos critérios de priorização e aos eventuais ajustes no processo de contratação. Propôs, na sequência, que fosse elaborada minuta de texto para deliberação.

Marcos César de Oliveira Pinto, do Ministério das Comunicações, ressaltou que a eventual aprovação deveria ficar expressamente condicionada aos critérios e ajustes previamente definidos, de modo a não conferir autorização irrestrita à EACE. Destacou a necessidade de uma redação precisa para a deliberação, a fim de evitar interpretações diversas posteriormente.

Eduardo Marques da Costa Jacomassi, representante da Anatel, manifestou alinhamento à preocupação quanto à necessidade de formatar adequadamente a proposta, especialmente diante do período de defeso. Ponderou que, embora a realização de uma Fase Adicional seja considerada necessária, possível e desejável, o tema ainda precisaria de amadurecimento para deliberação.

Sônia Faustino Mendes, Presidente do GAPE, sugeriu a elaboração do texto a ser deliberado ainda nesta reunião.

Ana Úngari dal Fabbro, Coordenadora-Geral de Educação Digital, Inovação e Conectividade, redigiu, com o apoio dos demais membros, a minuta de deliberação referente a substituições a uma Fase Adicional, nos seguintes termos:

Deliberação 1 - Substituição

Aprovar a substituição de 2.028 escolas em contratos já firmados que ainda possuem saldo disponível em função do não atendimento de escolas que recusaram os serviços, que foram desativadas ou que possuíam algum impedimento de outro tipo.

Deliberação 2 – Nova fase de contratação (Fase Adicional)

Aprovar a realização de uma nova fase de contratação de conectividade para atendimento de escolas atualmente fora dos parâmetros adequados de conectividade, no limite dos recursos disponíveis na EACE.

Serão atendidas escolas fora dos parâmetros adequados, com priorização para:

- *Escolas nas regiões Norte e Nordeste;*
- *Fora da área de fibra ótica;*
- *Com os piores resultados no INEC (Indicador Escolas Conectadas).*

A contratação se dará por novo processo público de tomada de preços, para buscar propostas de internet terrestre e Wifi. Os detalhes do processo de contratação serão propostos pela EACE no Subgrupo Técnico e ainda estarão sujeitos a deliberação no GAPE.

A previsão é de atendimento de até 9.710 escolas, conforme lista anexa. Essa lista ainda está sujeita a análises e ajustes, em função do refinamento do orçamento disponível e de atualizações das informações de conectividade das escolas, conforme atualização permanente do monitoramento da ENEC.

O processo e a lista final de contratação serão submetidos à aprovação do GAPE.

Sônia Faustino Mendes, Presidente do GAPE, ponderou que a redação da proposta adota medida mais cautelosa ao delimitar o alcance da deliberação. Destacou que a substituição de escolas ocorreria por meio de contratos já existentes, sem implicar nova contratação, e que eventual nova fase seria discutida no âmbito do SGT, inclusive quanto a possíveis ajustes no processo de compra. Ao final, considerando a clareza da proposta e a necessidade de resguardar o período de defeso, submeteu a matéria à deliberação dos demais membros. Não havendo manifestação em contrário, a substituição de escolas e a nova fase de contratação foram aprovados pelo GAPE.

6. OUTROS ASSUNTOS

Anita Gea Martinez Stefani, Diretora de Apoio à Gestão Educacional, solicitou que constasse em ata a necessidade de comunicação formal aos prestadores de serviço quanto às restrições aplicáveis durante o período de defeso eleitoral, especialmente em relação ao uso de logomarcas do Governo Federal, do Programa Escolas Conectadas e demais identificações institucionais em equipamentos, obras ou materiais físicos. Destacou que as logomarcas devem ser temporariamente cobertas durante o período, e informou que o MEC encaminharia ofício sobre o tema.

Flávio Santos, Presidente da EACE, informou que a entidade já estava atenta às restrições do período eleitoral e que possui comitê interno dedicado ao tema, tendo realizado reuniões para definição das providências necessárias. Destacou que a EACE está evitando a aplicação da identidade visual e, quando necessário, realizando a cobertura das logomarcas. Ressaltou, contudo, a dificuldade de deslocamento de equipes para escolas já instaladas em localidades remotas apenas para essa finalidade, sugerindo que fosse avaliado o envio de orientação geral às escolas, a fim de apoiar a adoção das medidas cabíveis.

Matheus Belin, Representante da EACE, solicitou apoio do MEC quanto à identificação das escolas atendidas pela entidade que serão utilizadas como locais de votação ou seções eleitorais. Informou que, na condição de provedora dos serviços de conectividade, a EACE precisa se preparar para garantir a manutenção e o funcionamento dos serviços durante o período eleitoral.

Anita Gea Martinez Stefani, Diretora de Apoio à Gestão Educacional, sugeriu que a EACE formalizasse, por e-mail ou ofício, o pedido de identificação das escolas atendidas que serão utilizadas como locais de votação ou seções eleitorais.

ENCERRAMENTO

Sônia Faustino Mendes, Presidente do GAPE, retomou a palavra, agradeceu a participação de todos os presentes e declarou encerrada a 43ª Reunião Ordinária do GAPE.

Anexos:

- Apresentação Acompanhamento do Projeto Aprender Conectado (13459073)
- Apresentação de Resultados Maio/2026 (13459086)
- Apresentação Fase 6 Estudo e Orçamento Preliminar (13459092)
- Apresentação Diligência Prévia de Fornecedores (13459096)



Documento assinado eletronicamente por **Sônia Faustino Mendes, Presidente do Grupo de Acompanhamento**, em 31/08/2026, às 12:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Hermano Barros Tercius, Secretário Executivo do Grupo de Acompanhamento**, em 01/09/2026, às 21:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Anita Gea Martinez Stefani, Usuário Externo**, em 02/09/2026, às 14:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Marques da Costa Jacomassi, Usuário Externo**, em 03/09/2026, às 09:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Hugo Vidica Mortoza, Usuário Externo**, em 10/09/2026, às 11:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **13458722** e o código CRC **E90D48C8**.